

**INDICAÇÃO Nº 177/2022**  
**PROTOCOLO Nº 616/2022**  
**DATA: 14/12/2022.**

As vereadoras **JUSSARA RODRIGUES DE ANDRADE**, integrante da bancada do PT e **JAQUELINE BRIGNONI WINSCH**, integrante da Bancada do Progressista, ambas com assento nesta Casa Legislativa, vem à presença deste plenário apresentar a seguinte indicação:

**INDICAÇÃO:**

Que o Executivo Municipal, através da Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, avalie a possibilidade de criar cargos de Professor Escolar de Educação Inclusiva e Monitor Escolar de Educação Inclusiva no plano de classificação de cargos de provimento efetivo dos Servidores Públicos Municipais, para o atendimento de alunos com deficiências, Transtorno do Espectro Autista – TEA, altas habilidades ou superdotação, incluídos em classes de ensino regular. Em anexo segue o modelo do Projeto.

**JUSTIFICATIVA:**

A constituição Federal garante o direito à educação às pessoas com necessidade especiais, preferencialmente, no ensino regular. Tal processo de democratização da educação, que parecia inalcançável há alguns anos, vem ganhando cada vez mais espaço.

Nos últimos anos, o apelo para a inclusão social tem crescido e diversas medidas foram criadas a fim de incluir as pessoas com necessidade especiais. O objetivo é dar para todos os indivíduos as mesmas oportunidades, criando condições de adaptação em sistema sociais comuns.

A educação inclusiva deve fazer parte do sistema regular de ensino, oferecendo educação adequada às diferenças e as necessidades de cada aluno. Alunos com deficiências, Transtorno do Espectro Autista – TEA, altas habilidades ou superdotação tem reconhecido o direito de contar com a oferta de professor (a) e monitor ou profissional de apoio especializado como importante complemento às demais adaptações individualmente necessárias à inclusão social.

Sabemos que hoje o Município de Ibirubá, de acordo com o Conselho da Saúde e das Secretarias da Educação, Assistência e Saúde, possuem 51 casos diagnosticados de TEA (Transtorno do Espectro Autista) e contam ainda com mais 10 casos em investigação, além de muitos casos que ainda não são de conhecimento público.

Portanto, é preciso que sejam criados novos caminhos e recursos para que todos os alunos possam se desenvolver. Contudo, para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas é preciso que vários desafios sejam superados, e que a Rede Municipal de ensino esteja preparada para a prestação de serviços, que em muitos casos são indispensáveis.

Sala de Sessões, em 14 de dezembro de 2022.

**Ver<sup>a</sup>. JUSSARA RODRIGUES DE ANDRADE**  
**Bancada do PT**

**Ver<sup>a</sup>. JAQUELINE BRIGNONI WINSCH,**  
**Bancada do Progressista.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**ANTEPROJETO DE LEI**

Cria cargos de Professor Escolar de Educação Inclusiva e Monitor Escolar de Educação Inclusiva no Plano de Classificação de Cargos de Provimento Efetivo dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 1º Ficam criados os cargos de Professor Escolar de Educação Inclusiva e Monitor Escolar de Educação Inclusiva no Plano de Classificação de Cargos de Provimento Efetivo dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º O cargo de Professor Escolar de Educação Inclusiva será dirigido ao atendimento de alunos com deficiências, Transtorno do Espectro Autista - TEA, altas habilidades ou superdotação, com os seguintes requisitos mínimos:

I - Formação em Pedagogia com graduação ou especialização na área de educação especial inclusiva;

II - Carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Art. 3º O cargo de Monitor Escolar de Educação Inclusiva será de auxílio ao professor em sala de aula nas atividades e trabalhos com os alunos com deficiências, Transtorno do Espectro Autista - TEA, altas habilidades ou superdotação, com os seguintes requisitos mínimos:

I - Ensino médio completo;

II - Carga horária semanal de 40 (quarenta) horas.

Ijuí - RS, 02 de dezembro de 2022

**VEREADOR BETO NORONHA**

**Bancada do PT**



**CÂMARA MUNICIPAL DE IJUÍ**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**JUSTIFICATIVA**

Alunos com deficiências, Transtorno do Espectro Autista, altas habilidades ou superdotação incluídos em classes de ensino regular têm reconhecido direito de contar com a oferta de professor(a) e monitor ou profissional de apoio especializado como importante – em muitos casos, indispensável – complemento às demais adaptações individualmente necessárias à inclusão escolar. Entretanto, na rede municipal de ensino esse direito é comumente negado sob as mais diversas alegações, sendo a mais recorrente a falta de pessoal.

Quando o Município é compelido a atender demanda particular e isolada, geralmente por interveniência da Promotoria de Justiça ou por decisão judicial, o atendimento ao aluno é prestado de forma precária e inadequada por monitores contratados provisoriamente e sem a necessária capacitação. Este fato decorre da inexistência no Quadro dos Servidores da Lei do Município, de categoria funcional com as atribuições específicas para atender adequadamente às necessidades individuais e peculiares de alunos com deficiências, TEA, altas habilidades ou superdotação.

*De acordo com o CDC (Center of Diseases Control and Prevention), órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, uma criança a cada 44 nascidas tem o TEA (Transtorno do Espectro Autista), mostrando incremento significativo ao longo do tempo. Há alguns anos, ocorria um caso para cada 500 crianças. A estimativa é que, em todo o mundo, 70 milhões de pessoas tenham TEA, sendo 2 milhões no Brasil, perante isso é necessário que o poder público esteja preparado para prestação de serviços.*

Chave de Autenticação: 5869267